

“Neoparlamentarismo” *Auc*

Rio de Janeiro *10/12/42*

O relatório final da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo destina-se a ser novo ponto de confronto entre o Planalto e a Constituinte. Da mesma forma que, abusivamente, atribuiu-se poderes de enformar a seu gosto a futura Carta, outorgando-se cinco anos de mandato, Sarney eriga os pelos contra esse texto que retira substancial parte dos poderes majestáticos que lhes vêm do presidencialismo, mas foram levados à enésima potência pelo autoritarismo militar. Ontem mesmo, na entrevista-comício que concedeu à imprensa e na qual deixou irrespondidas inúmeras perguntas, manifestou-se contra as inovações. E, hoje, se não for mais uma vez adiada sua reunião, o Conselho Político que reúne alguns personagens chegados ao Planalto deverá examinar o assunto.

No trabalho da comissão, que merece exame meticoloso, há aspectos fundamentais a notar. Além do parlamentarismo que cuida de instituir, destaque-se a criação de um Conselho da República, integrado por sete personagens ao qual são dadas algumas funções de destaque, entre elas a de opinar antes da dissolução da Câmara. A presença do presidente do Supremo Tribunal Federal nesse organismo político é uma intrusão escabida, e, a rigor, no multipartidarismo brasileiro, não haverá quase nunca um líder da minoria unificada, também contemplado no órgão.

O principal, porém, diz respeito ao mecanismo do sistema. Os constituintes resolveram bem a falsa questão da excepcionalidade dos ministros militares, definindo, devidamente, as questões de confiança como abrangentes de todo o Ministério. Para assegurar certa estabilidade aos governos, as quedas de gabinetes estão regulamentadas de modo a dificultá-las e a dissolução por medida presidencial ainda mais. Isso não chega, porém, a solucionar situações de impasse. A obrigatoriedade da adoção do parlamentarismo aos Estados permaneceu em aberto o que, a perdurar, resultará em pluralidade de sistema, fato aliás tolerável em um regime federativo. Como é natural, o Senado terá seu papel reduzido, o que induz a pergunta de como se comportarão os seus 69 membros da votação da proposta, quando o tema chegar a plenário.

A comissão teve o mérito de fugir às fórmulas palacianas, algumas das quais, sob a capa de parlamentarismo misto, asseguravam ampla predominância presidencial. A grande batalha será em torno disso, aliás. E Sarney, já deu o sinal de ataque a seus aliados.

Newton Rodrigues